

## A ÉTICA EM KAPP: UMA DISCUSSÃO ONTOLÓGICA

Raphael Weyne  
PPGE/UFF, [rweyne@gmail.com](mailto:rweyne@gmail.com)

### Resumo

O presente artigo apresenta brevemente o pensamento dos economistas Coase, Kapp e do filósofo inglês Roy Bhaskar. Se valendo de uma visão de mundo socialmente estruturada lança-se duas cabeças de ponte, criticando o atomismo e individualismo metodológicos utilitaristas em um primeiro momento para, posteriormente, dar atenção aos teóricos do bem-estar social normativo. Tenta-se aqui embasar um discurso que traga “política” e “ética”, enquanto estruturas internas (e inerentes) a qualquer sociedade, para dentro do escopo cognoscível e cientificamente valorável, ultimamente facultando à prática científica da economia legítimos juízos de valor sobre as teorias de bem-estar correntemente disponíveis.

**Palavras-chave:** Ética, Política, Utilitarismo, Teorias de Bem-Estar, Realismo Crítico ou Transcendental.

**Keywords:** Ethics, Politics, Utilitarianism, Welfare Theories, Critical or Transcendental Realism.

## APRESENTAÇÃO

O presente tem por objetivo averiguar o tipo de visão de mundo contida no pensamento do economista não muito conhecido do público K.W. Kapp. Para fazê-lo, no entanto, inescapavelmente deveremos dedicar algum espaço (tão pouco quanto possível por claramente fugir ao escopo deste artigo e, principalmente, às capacidades deste autor) procurando delinear as grandes linhas ontológicas do espaço intelectual que cerca este pesquisador, a saber o utilitarismo e o princípio da diferença de John Rawls ou seu desdobramento mais recente, o enfoque das capacidades de Sen. Por fim tentaremos contrapor as idéias propostas por Kapp com uma visão ética radicada na vertente filosófica conhecida como “realismo crítico”. Apresentaremos ainda nesta seção uma caricatura do pensamento de Coase para na seção seguinte podermos introduzir sucintamente o próprio Kapp.

O economista institucionalista alemão Karl William Kapp, radicado nos Estados Unidos na década de 50 é considerado um dos fundadores da escola institucionalista americana (Neves, 2012). Tendo em duas ocasiões morado na Índia, e em uma nas Filipinas, foi responsável pelo que alguns consideram as bases de uma nova economia ecológica do desenvolvimento. Seu pensamento é notório por oferecer uma visão contrastante às teorias de externalidades encabeçadas por Pigou e, posteriormente, por Coase no âmbito da teoria microeconômica. Possivelmente em decorrência de suas experiências relativamente prolongadas em países de baixo grau de organização da produção e desenvolvimento das estruturas sociais, tradicionalmente associadas à sociedade capitalista, este autor pode oferecer contraste às ideias de Coase sobre o “problema do conflito de direitos”.

Posto sucintamente, Coase nos informa que o problema das externalidades identificado por Pigou pode ser entendido não como falha de mercado, mas em verdade como um problema de decidir que interesses serão socialmente defendidos num ambiente de *falta* de mercado originada na incapacidade estatal de prover um arcabouço integralmente detalhado e sólido, a fim de permitir trocas bilaterais de direitos específicos para exploração ou utilização de

determinados recursos, criando assim, um mercado que, este sim, não precisaria de regulamentação adicional ou coibições. Longe de acreditar ter chegado ao final do caminho aí, o próprio Coase amplamente reconhece a questão dos custos transacionais que o levam a crer que, na prática, a maior parte das situações de conflito provavelmente acabarão mantendo a dotação inicial de acessos, bens e direitos. Mas este autor faz uma significativa ressalva quando analisa as proposições alternativas, nominalmente: a intervenção estatal através de regulações e zoneamentos e; a internalização via integração vertical, por hipótese, por parte da empresa produtora. Este vai além para sugerir que a ação estatal, dotada de toda sorte de falta de seleção competitiva, informação incompleta e pressões políticas pode acabar se tornando uma alternativa assaz ineficiente. É com esta mímica básica do pensamento de Coase que tentaremos, na seção que segue, fazer um exercício de diálogo com as ideias básicas de Kapp no que toca à resolução da questão das “externalidades”.

## KAPP E AS EXTERNALIDADES

Talvez em função de sua experiência no mundo substancialmente distinta das perspectivas de teóricos econômicos vivendo nos Estados Unidos ou Inglaterra, tenha surgido em Kapp um olhar particularmente interessado sobre como estruturas produtivas são capazes de afetar seu entorno, bem como as condições sociais em que esta interferência se dá. Claramente, com sua visão estruturada e suas ideias a cerca da abertura do sistema econômico, Kapp conseguiu fazer uma crítica bem fundamentada ao processo de aprofundamento das estruturas produtivas e suas consequências sobre a vida objetiva das populações.

Kapp definiu como custos sociais uma gama de condições do sistema produtivo geradoras de perdas diretas ou indiretas que afetem um grupo em particular ou a sociedade de maneira geral, decorrentes de atividade econômica intencional, buscando auferir lucros sem que seus responsáveis sejam onerados. Pode-se notar nesta definição o ressurgimento da idéia

de um “responsável” (ou grupo de responsáveis) pelas “externalidades” que, em sua nova definição, podem assumir também formas mais *sui generis* tais como a deterioração paulatina da qualidade do ar ou das relações de trabalho. Ou seja, muito embora se rejeite a ideia de que externalidades se materializem em espaços por excelência bilaterais, se enfatiza a existência concreta de responsáveis.

Esta ampliação do escopo de estudo permitiu a inclusão de conceitos como deseconomias de escala e instabilidade econômica como exemplos de custos privados sendo socializados, o que parece enterrar de vez a idéia de Coase sobre a possibilidade da correta aferição ou contabilização das externalidades para aí se tomar uma decisão de valoração (mesmo que esta seja “dura”). A conclusão de Kapp não poderia ser outra senão a de que o sistema econômico na sua presente forma oferece um prêmio às empresas que expurgarem seus custos privados tanto quanto possível para a esfera pública, garantindo que tais expurgos tragam, presumivelmente, redução de custos para seus empreendimentos. Para Kapp a economia capitalista é maximizadora de custos sociais ou uma “economia de custos não pagos”.

Diante deste cenário Kapp nos indica o caminho a seguir se tivermos por meta garantir uma maior equanimidade social. Tendo reconhecido a impossibilidade de estabelecimento de relações do tipo mercantil bilateral para a resolução do problema dos custos sociais, Kapp vai além e nos esclarece que geralmente as pessoas afetadas negativamente por estes problemas não têm voz, não são ouvidas no curso do processo político, não têm acesso ao conjunto de informações relevantes, são desprotegidas, vítimas de um processo sobre o qual têm pouco ou nenhum controle. Realmente Kapp monta um claro caso onde a análise puramente econômica pode ser dita, no mínimo, altamente incompleta.

Para finalizar esta seção vamos ressaltar que os processos que geram custos sociais são circulares, eles se retroalimentam. A posição inicial de poder de poluir ou externalizar custos se reforça conforme se repete o ato poluidor, conforme cresce o poder dos poluidores na sociedade, reforçado econômica e culturalmente a cada novo ciclo.

Enfatizando o caráter aberto da economia Kapp encerra sua análise positiva afirmando a falta de relevância de um sistema de preços composto visceralmente sobre estruturas incapazes de representar contábil e socialmente o impacto exercido sobre o meio social e natural.

O pensamento de Kapp não estaria minimamente caracterizado sem que antes indicássemos suas proposições normativas para a sociedade. Esta indicação, porém, será reservada para depois que apresentemos nossa crítica ontológica ao pensamento utilitarista e do enfoque das capacidades. Por enquanto nos basta saber que Kapp acreditava haver um conjunto de medidas capazes de lidar com o cenário por ele proposto.

#### FERRAMENTAL DO REALISMO CRÍTICO<sup>1</sup>

A revisão crítica de um determinado conjunto de concepções requer uma referência teórica que fundamente a própria crítica. Essa referência pode, entretanto, operar em planos de abstração e níveis discursivos diversos, desde o plano propriamente teórico-conceitual, lógico, metodológico, epistemológico até, por fim, ontológico. Tratando-se de ontologia, a opção declarada deste artigo, o referente da crítica é o conjunto de pressupostos que alicerça a visão de mundo articulada e posta pelas diversas teorias singulares.

Naturalmente, uma orientação crítica radicada na dimensão ontológica reconhece que todas as teorias não apenas pressupõem determinada visão de mundo como fundamentos teóricos, como põem a visão de mundo nos próprios termos e conclusões da teoria.

Ao descolar o tratamento crítico do objeto para o terreno ontológico, este artigo não contribui para a superação da necessidade de ancorar o trabalho numa base teórica dentre diversas em franca oposição. Talvez ao contrário, posto que, na filosofia e, em particular, na filosofia da ciência praticamente todas as formulações minimamente difundidas desde o

---

<sup>1</sup> O texto desta seção se baseia no trabalho de Roy Bhaskar apresentado originalmente em *The Possibility of Naturalism*, publicado pela Harvester Wheatsheaf Press, 1979, sobretudo em seu segundo capítulo.



final da década de 1960 apontam para a ontologia como domínio decisivo da construção das ideias (teóricas ou não). Realistas ontológicos e relativistas, para mencionar dois extremos, concordam que as ideias são sempre a expressão de uma ontologia e, ademais, que a ontologia é a expressão de um contexto sociocultural definidor da experiência humana. O problema é que esse acordo é a interseção limitada de um amplo dissenso, de uma profunda discordância em tudo mais: Enquanto os realistas ontológicos procuram reafirmar a verdade como valor e, portanto, a objetividade como critério da ciência, os relativistas levam ao extremo a afirmação da influência do contexto e negam a verdade, tomada, no máximo, como ideal inalcançável.

Dentre as diversas teorias ontológicas em disputa, a opção deste artigo é a ontologia conhecida como “*realismo transcendental ou crítico*”, associada originalmente ao trabalho pioneiro do filósofo inglês Roy Bhaskar. A ontologia de Bhaskar apresenta-se, entretanto, como filosofia da ciência e, nessa condição, como fundamento último do método científico.

A fim de tentar enfocar possíveis vieses criados no corpo da teoria econômica em decorrência da sua contextualização histórica e situacional e, por tanto, da influência da experiência de mundo particular na criação das ideias que constituem os diversos corpos teóricos econômicos é necessário primeiro que defendamos a própria sociedade como objeto cognoscível, posto o argumento de que sua existência limitará e coagirá a formação do conhecimento. No realismo transcendental, ou crítico, é a natureza dos objetos que determina as suas possibilidades cognitivas para nós, ou seja, em natureza, é a humanidade que é contingente e conhecimento, por assim dizer, acidental. Em seguida far-se-á uma breve exposição ontológica das propriedades das sociedades para finalmente demonstrar epistemologicamente como estas propriedades as tornam objetos de conhecimento possíveis para nós.

A despeito do pensamento atomista vigente em especial dentro da economia, faz-se necessária uma defesa forte da existência de uma estrutura social distinta de um coletivismo comportamental. Bhaskar argumenta que sociedades são irredutíveis a pessoas, sendo

constituídas (de alguma forma) pelo pensamento dos atores sociais. Afinal de contas, os predicados que identificam situações sociais todos não pressupõem um contexto (irredutivelmente) social para sua aplicação? Caso contrário como formular uma explicação individualista *não-social* para as propriedades humanas idiossincráticas? Como dizer não-socialmente “meu dinheiro está no banco”, “vou para o trabalho”?

Para termos a possibilidade de um naturalismo não-reducionista de matiz realista transcendental devemos demonstrar que sociedades são objetos complexos reais irredutíveis a pessoas, caso contrário apenas nos dedicaríamos a determinar (racional ou empiricamente) as propriedades dos seus átomos constituintes.

Antes de demonstrar que a sociedade é um objeto de estudo possível vamos recortá-lo mais detidamente. Não estamos aqui interessados, como dissemos sucintamente mais acima, em estudar o comportamento de coletividades, grupos ou massas (embora estes consistam em um fenômeno socio-psicológico interessante). Temos interesse particular nas *relações persistentes*: entre indivíduos e grupos; entre relações com outras relações e; entre as relações e a natureza e seus produtos.

Estamos prontos agora para apresentar o modelo de conexões do realismo crítico. Há que se estabelecer que formas sociais são condição necessária para qualquer ato humano intencional, e a pré-existência das formas determina sua autonomia como objeto passível de investigação científica uma vez que seu poder causal define sua realidade, e este mesmo poder causal é definido pela ação humana que, afinal de contas, é matéria empírica bem observável. Ou seja, a atividade social transformacional leva a uma concepção relacional (majoritariamente de relações *internas*<sup>2</sup>) do sujeito-matéria da ciência social. Assim

---

<sup>2</sup> Segundo Bhaskar (2005 [1979] p.46 e 47) uma relação é dita interna se e somente se A não for *essencialmente* aquilo que é não fosse por B, por exemplo: burguesia-proletariado é uma relação interna (e simétrica) enquanto poste de luz e transeunte (na maioria das situações) não é interna. O foco da definição está na amplitude ou particularidade do que se procura estudar, portanto epistemologicamente contingente, enquanto a profundidade ontológica é definida causalmente, de acordo com a explicabilidade interna das variáveis em função de suas dominâncias ou simetrias ao comandar forças causais distintas. A existência de totalidades não é contingente, embora a necessidade e o interesse cognitivo nas totalizações possa variar: as totalidades são *reais*, enquanto as totalizações são processos mentais. Por fim, vale ressaltar que como

chegamos à importante conclusão de que a sociedade não é feita de indivíduos nem de grupos, ela expressa, em verdade, a soma das relações (e relações de relações) dentro das quais indivíduos e grupos se situam. Dentro deste paradigma podemos reconhecer que os fenômenos coletivos são a expressão de *relações duradouras*.

Apresentaremos agora o que se chama modelo transformacional que pretende explicar a dinâmica criadora / condicionante entre sujeitos e sociedade para além de determinismos sociais (representados aqui por uma leitura caricata de Durkheim), voluntarismos individuais (na caricatura de Weber) ou ainda de um relacionamento dialético entre indivíduos e formas sociais conforme proposto por Berger: Segundo Bhaskar, esta último modelo ao relacionar dois movimentos radicalmente diferentes como se fossem momentos distintos do mesmo processo, sofreria dos males do modelo Weberiano e Durkheimiano ao mesmo tempo: indivíduos podem voluntariamente alterar as estruturas sociais mas seus comportamentos são mecanicamente determinados pelas formas sociais. Esta breve digressão fez-se necessária para demonstrar que devemos entender atentamente qual a perspectiva com a qual se depara o indivíduo quando olha para as formas sociais e a sociedade quando por sua vez “olha” (ou, mais precisamente “é influenciada por”) os indivíduos, entendendo que as dinâmicas temporais e causais destes dois momentos são radicalmente distintas, *de forma alguma* compondo dois momentos de um mesmo processo, como implosão e explosão no funcionamento de um pistão.

A atividade humana consciente trabalha objetos dados que, em termos aristotélicos, são sua causa material, e não pode ocorrer na ausência destes. Atividade humana consciente pressupõe a existência de formas sociais, pois estas são a causa “material” daquela. Num exemplo simples não é possível falar sem linguagem, ou produzir sem materiais. A sociedade é condição necessária para qualquer ato intencional humano e só está presente na ação humana (forma manifesta). Ação humana e forma social não podem ser identificadas

---

fenômenos sociais são contingentemente múltiplos, determinados *conjuntamente*, explicados em função de uma multiplicidade de causas (qualidade *configuracional*), temos diante de nós um arcabouço que delinea objetos sociais que estão não somente em movimento, como também que podem ser legitimamente continuamente redescritos.



com, reduzidas a, explicada em termos ou reconstruídas a partir uma da outra. Existe um *hiato ontológico* entre sociedade e pessoas. Se todos os humanos desaparecerem da terra ou cessarem de se comportar intencionalmente a sociedade deixa imediatamente de existir pois toda e qualquer manifestação sua também cessará. No entanto esta mesma sociedade é a mais básica causa (a causa material), para a ação humana intencional.

Assim a sociedade atua sobre os indivíduos ao definir as formas de socialização, de produção, coagindo e limitando o espectro da ação humana. Os indivíduos por sua vez, ao agirem no mundo, reproduzem ou transformam as estruturas sociais de maneira não-intencional pois a formação das estruturas sociais é processo transaccional e não-teleológico: ainda que um indivíduo se proponha a alterar as estruturas sociais através de suas ações não se pode ter qualquer ideia da influência de fato daquelas ações em particular sobre o conjunto de complexos (e, por sua vez, suas relações entre si) das formas sociais. Deste modo pretendemos ter esclarecido que o modelo transformacional nos permite dar ênfase significativa na continuidade material da experiência social, sustentando a história e ainda nos provendo um critério para determinação de eventos particularmente significativos: aqueles que causam rupturas ou transformações das formas sociais.

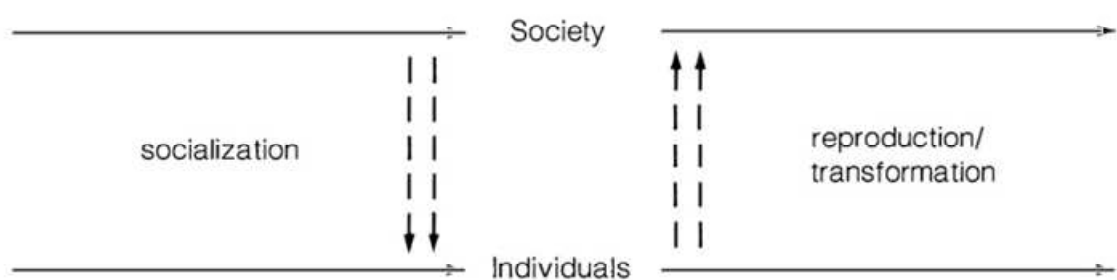


Figura 1 Modelo transformacional da conexão sociedade-pessoa, reproduzido de Bhaskar (2005 [1979] p.40)

Até aqui se tentou demonstrar que a sociedade é objeto cognoscível e manifesto em seus efeitos causais com propriedades definidas, de maneira que a ciência social é possível, mormente que as estruturas sociais por sua vez são *produtos sociais*. Cabe agora explicar

que produtos sociais têm um papel dúbio em nosso construto analítico. Utilizando-se do exemplo do trabalho pode-se dizer que este gera produtos sociais, mas há que destacar que, ao mesmo tempo que se produz o que se desejava primeiramente produzir, o trabalho, ao reproduzir ou transformar as estruturas sociais está também, involuntariamente, produzindo a sua própria condição de existência, ou seja, o tipo de conhecimento prévio que permite ações intencionais no mundo.

A sociedade é uma montagem articulada de estruturas generativas relativamente independentes e duradouras, uma totalidade complexa sujeita a mudanças tanto em suas partes como nas relações entre estas partes. Este tipo de estrutura, conforme identificado por Durkheim, tem propriedades emergentes, tais como o consciente coletivo<sup>3</sup>. Além disto, a teoria das atividades sociais aqui exposta diz que estruturas sociais existem apenas em função das atividades por elas governadas, independente da concepção que os agentes tenham sobre a atividade por eles efetuadas. Como estas teorias são, em si mesmas, produtos sociais, são também objeto de transformação ou manutenção, e devem receber uma explicação social que não faça referência a parâmetros não-sociais.

Há que se expor os limites ontológicos e relacionais ao naturalismo para que possamos, em seguida, brevemente expor conclusões sobre os fatos sociais: 1) Estruturas sociais, diferente das estruturas naturais, não existem independentemente das atividades por elas governadas; 2) Estruturas sociais, diferente das estruturas naturais, não existem independentemente das concepções dos agentes sobre o que estes fazem em suas atividades e; 3) Estruturas sociais, diferente das estruturas naturais, podem ser apenas relativamente duradouras (de forma que as tendências por elas sustentadas podem não ser universais no sentido de serem invariáveis no espaço-tempo).

---

<sup>3</sup> O consciente coletivo (Durkheim, 1893) é a *reificação*, se podemos nos permitir, de um conjunto de crenças e percepções *externas* aos indivíduos e que coagem, ou vinculam, as ações destes através dos chamados fatos sociais, que estão além das intenções individuais e não são por estas conformados. Numa sociedade de crescente aprofundamento e complexificação da sociabilidade o papel do consciente coletivo tende a ter peso aumentado. No entanto, segundo o autor, o aumento da existência de fatos sociais e as vinculações daí decorrentes não embargaria o projeto de emancipação humana visto que fatos sociais ditos normais tenderiam a sobrepujar os fatos sociais patológicos, de maneira que a sociedade que submete também é a que consegue prover pessoas com uma estrutura protetora coesa.

Em síntese, a complexidade e interdependência das estruturas sociais não marcam necessariamente uma diferença epistemológica das ciências sociais frente às ciências naturais. Mudanças sociais dispensam qualquer intencionalidade por parte dos atores e podem, em princípio, ser socialmente explicadas, apesar dos poderes, tendências e fatos sociais só existam enquanto exercidos – tal qual um campo magnético: irreduzíveis aos seus efeitos, embora presente somente nestes.

Finalmente, é com base nestas assertivas que se pode basear uma teoria de matiz crítico radicada num realismo transcendental que seja capaz de produzir juízos acerca de fatos, *valores* e teorias. Vimos resumidamente que seres humanos são seres engajados em atividades materiais práticas e que não pode haver ação intencional sem crenças e que, por sua vez, não existe crença que não esteja relacionada a outras crenças, de tal forma que julgamentos de falsidade são transcendentalmente necessários. Assim, apenas um agente que consiga explicar uma crença pode se propor a mudá-la racionalmente e, embora não deva ser dada a estas crenças explicação totalmente voluntaristas, ainda sim se faz possível e *necessária* uma estrutura de conhecimento sociológico pois, como vimos, já existe ao menos uma prototeoria em prática, que é condição de qualquer práxis social.

Teorias explanatórias diferentes contêm sua própria concepção sobre as possíveis organizações sociais e o que os seres humanos são, ou podem *vir a ser*, assim a teoria explanatória mais poderosa num mundo aberto é aquela não-determinística. Verdade, consistência, coerência racionalidade e etc., são boas, e seus opostos maus, exatamente porque o comprometimento com estes valores são as condições de possibilidade do discurso em geral. A conclusão a que se faculta é que devemos fazer a crítica e revelar o objeto que torna a falsa consciência necessária, pois esta é precisamente a forma da ciência transformar a sociedade e as pessoas.

## ÉTICA E ONTOLOGIA

A versão clássica do utilitarismo (hoje amplamente refutada) define utilidade como o prazer derivado das ações dos indivíduos racionais que buscam o máximo prazer sobre a desutilidade (dor). No âmbito sistêmico aos prazeres originados do acesso a bens e serviços se chamam preferências. O enfoque utilitarista então define o problema econômico da distribuição como um problema da maximização das preferências agregadas, da soma direta das utilidades dos agentes de uma economia. Esta abordagem forçosamente inviabilizou a comparação interpessoal com base na suposta ausência de método para comparações valorativas (Kerstenetzky, 2012).

Vale sempre ressaltar que esta discussão estava em curso na economia em plena década de 30 e 40, por tanto com o benefício da perspectiva histórica sobre a discussão de Popper... De qualquer forma os tardios positivistas econômicos se apoiaram na característica verdadeiramente transcendente das experiências estéticas humanas para defender a imaterialidade ou incognoscibilidade dos valores por esta gerados. De toda sorte esta interpretação empirista não vigora no discurso econômico conservador contemporaneamente. O próprio projeto utilitarista de maneira geral, embora ainda presente em qualquer livro texto de microeconomia, está seriamente comprometido, especialmente após as formulações de Sen acerca dos valores emancipatórios. Ainda assim, aonde ele existe, sustenta discurso levemente diferente, onde a experiência, que de fato existe, geraria sinais valorativos subjetivos, relativos aos meios e aos fins percebidos por aquele indivíduo, e condicionado por suas experiências passadas personalíssimas sendo, outrossim, incomparável.

Veremos agora que esta clássica teoria utilitarista é incapaz de acomodar uma experiência social estruturada (e transcendente) mas muito real e *empírica* nos seus efeitos condicionantes do comportamento e da vivência humana. Neste sentido, é curioso pensar que esta ontologia (chamada às vezes de “realismo empírico”) – atavicamente unida ao individualismo ou atomismo metodológico<sup>4</sup> – consiga lidar muito bem com instituições tais quais o “mercado” ou o “direito de propriedade” que são em tudo mais tão trans-empíricas

---

<sup>4</sup> Medeiros, 2013

quanto a própria subjetividade (estruturada) da experiência humana: não mensurável mas profundamente presente na maneira como coage ou motiva atitudes concretas.

Conforme sugerido por Kerstenetzky (2012) uma mudança profunda de discurso se abaterá sobre a disciplina do bem-estar a partir do Teorema Geral da Possibilidade de Arrow, em 1951. Os métodos de agregação da teoria utilitarista clássica foram demonstrados gerar resultados irracionais no nível da sociedade, corroborando este argumento, temos também a demonstração de Atkinson (2001) do problema do agente representativo nas escolhas de bem-estar. Com base na falta de sentido social dos métodos de agregação uma série de pesquisadores entre os quais podemos citar John Rawls, Kapp, Titmuss e, mais recentemente, Sen se sentirão à vontade para propor novas abordagens que, notadamente, embutem o tão clamado aspecto ético, *a priori*, na análise do bem-estar através, em princípio, de que se convencionou chamar de comparações interpessoais.

Prosseguindo com a chave proposta por Kerstenetzky a “virada normativa” veio reacender o antigo clamor (que hoje é mais evidente dentro do campo) por mais interdisciplinaridade, por uma aproximação com a filosofia moral, mais especificamente com os conceitos de justiça social. Ora, posto que os supostos critérios científicos embasando as teorias de bem-estar foram, um a um, sendo enterrados, conforme esperamos ao menos ter contornado nesta seção, o campo parece pronto para que se semeie tão esperada aproximação. Conforme Apolônio diz a Hamlet: *Though this be madness, yet there is method in it.*

## KAPP E A NORMATIVIDADE

Kapp leva a cabo uma empreitada a nosso ver bem sucedida em revelar as bases epistemológicas sobre as quais se travou a batalha marginalista dentro da área de bem-estar. Corretamente este identificou o caráter aberto do sistema econômico bem como os aspectos pré-econômicos que conformam a estrutura produtiva enquanto produto cultural de sociedades humanas posicionadas na história e na geografia. O autor foi além, para desmascarar a falsa ideia propagada por Coase de que muitas vezes o melhor a fazer é não fazer nada, de maneira a embutir menos ineficiências ou vieses políticos no processo



produtivo eficiente de mercado. Ora, nada há de eficiente no processo produtivo de mercado uma vez que, segundo o autor, o sistema de preços é incapaz de revelar as reais magnitudes das valorações subjetivas humanas ou mesmo os reais custos pagos pela sociedade de maneira mais abrangente no curso de produção dos bens e serviços. Neste caso não fazer nada é perpetuar uma estrutura excludente e injusta, que de *nenhuma forma* se ampara em qualquer ordenamento que o discurso clássico em quase um século foi capaz de propor.

Em face do caráter histórico advindo da *circularidade e cumulatividade* Kapp assertou sobre as incapacidades normativas em impedir violações dos direitos sociais básicos (Neves, 2011), violações estas que se dão através e a partir da dotação inicial de acesso, de diferentes grupos de dominância cultural, a recursos não-renováveis e/ou coletivos. Finalmente, neste ponto o autor enfatiza a centralidade da vida humana como valor inquestionável e inalienável, absoluto, e conclui que os objetivos sociais *devem* ser politicamente<sup>5</sup> acordados e construídos e termina por exultar aos colegas de profissão que centremos esforços na construção de uma teoria que divise as necessidades humanas (nesse aspecto parece que o trabalho de Rawls e Sen se encaixa perfeitamente ao de Kapp) e que seja capaz de determinar valores sociais que representem valores reais para o *conjunto da sociedade*, baseada em critérios objetivos, científicos.

No que tange o discurso científico queremos crer que a breve exposição do método da crítica ontológica radicada no realismo transcendental feita anteriormente possa nos servir de *measuring rod*<sup>6</sup>, para utilizar a expressão de Coase, ao olharmos para as teorias normativas atualmente em voga na área bem como para a própria sociedade que se pretende estudar / normatizar<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> Curiosamente, a análise do próprio Kapp sugere que a dotação de poder político de uma sociedade está intimamente ligada aos fatores que estabelecem a dominância cultural sobre os métodos e fatores produtivos. Como poderia, então, ser este acordo político menos distorcido que o “acordo” de mercado?

<sup>6</sup> “*Vara de metro*” para se efetuar medições.

<sup>7</sup> Sem nenhuma conotação negativa.

A economia, em realidade, há muitas décadas carece de embasamento científico que a permita evitar discutir a origem dos valores embutidos no seu instrumental utilizado para escrutínio do mundo. Ora, é sabido que desde Kuhn e Lakatos qualquer campo da ciência perdeu a capacidade de evitar o legítimo questionamento a respeito de suas bases de valores éticas e sociais, bem como sobre as finalidades que se pretende objetivar com base neste *núcleo duro* do seu projeto de pesquisas, sob pena de desconfigurar a atividade de pesquisa como discurso válido, esvaziando esta produção acadêmica de qualquer valor utilizável ou sequer inteligível.

## ÉTICA E ONTOLOGIA (2)

Nos permitiremos agora fazer exercício similar ao de Medeiros<sup>8</sup> (2013) para analisar o surgimento dos valores. Valores possuem existência social concreta e mensurável na mesma medida que “língua portuguesa” possui existência social concreta e observável na gramática e concordância deste próprio documento (se espera) que é escrito de uma forma particular, e não de nenhuma outra, afim de em tudo concordar com certo tipo de norma pertencente ao grande grupo categorizável como “língua portuguesa”. Estar no mundo de forma intencional demanda conceitos. Não é possível utilizar um martelo sem a pré-existência lógica e cronológica de uma teoria acerca do martelo. Mesmo para utilizá-lo como segurador de portas uma teoria ou, na sua versão vulgar, uma ideologia, se faz necessária. Da mesma forma qualquer práxis humana pressupõe uma teoria a respeito, pelo menos, das condições do imediato entorno (objetos) do indivíduo que age teleologicamente.

O agir consciente necessita de objetos imediatos e relações mentais previamente existentes contra as quais contrastar finalidades. Caso se deseje construir um martelo há que se eleger, em princípio, entre os objetos imediatamente disponíveis um cabo e uma cabeça. Neste sentido existe uma forma “certa” de agir, aquela que levará à confecção de um martelo, de forma que quando se deseja construir um martelo certos objetos adquirem antecipadamente

---

<sup>8</sup> Capítulos 5 e 6 especialmente

no tempo valor especial em função da forma adequada de objetivar uma ação intencional. Em particular no que tange o trabalho humano existe uma forma de valor de particular interesse qual seja, não surpreendentemente, o *valor-de-uso*. Em uma sociedade o *valor-de-uso* aparece como categoria de especial interesse por ser constitutiva da ontologia, visão de mundo, dos indivíduos desta mesma sociedade. Ao instituir o *valor-de-uso* e objetificá-lo através do trabalho, os indivíduos conferem empiricidade a suas aspirações e necessidades. Este objeto existe porque assim foi imaginado e concretizado. Esta é a base *objetiva* de todos os juízos de valor subjetivos com os quais iremos nos confrontar e pode ser assim esquematizada:

1. Valores devem existir primeiramente em forma mental idealizada;
2. A existência de valores mentais e teorias sobre como concretizá-los denota a fundação intrinsecamente social e histórica dos valores: são condicionados pela experiência e alternativas passadas, pelo estágio do desenvolvimento em que nos encontramos, por juízos de valor já tomados, etc;
3. Os valores, desta forma, refletem os anseios, necessidades e a criatividade humana em resposta a esses ímpetos e, finalmente;
4. Valores são o critério objetivo que regulamentam e condicionam a práxis social humana.

Vimos que valores conformam um *juízo de valor* e se expressam concretamente de maneira a construir a cultura e a história de uma sociedade em particular. Desta forma os valores constituem as próprias estruturas sociais, valores são parte das estruturas sociais, os valores antes de tudo criam as estruturas sociais. A criatividade é responsável pela alteração destas estruturas ao longo do tempo através de discontinuidades de processos e finalidades, enquanto a repetição reforça as estruturas correntemente existentes, conforme proposto por Bhaskar. Vamos nos permitir citar Medeiros para explicar melhor as implicações do nosso raciocínio até aqui:

*Toda vez que um valor emerge, toda vez que é reconhecido como algo a ser objetivado, toda vez que funciona como critério de julgamento do bom, do belo, do correto etc., os seres humanos ou criam algo realmente novo ou (ao menos) desenvolvem ambição de criá-lo. Em todo caso, uma nova objetividade – o próprio valor posto – emerge, influenciando o curso da vida humana.*

Esperamos neste artigo ter tateado a existência de um sistema ético de valores objetivos previamente estabelecido e que se permite conhecer através da análise histórica da evolução das estruturas sociais vigentes. Caberia então perguntar quais razões levam o discurso econômico estabelecido a não explicitar seus pressupostos ontológicos ao tecer teorias precisamente sobre as estruturas sociais que operam estes valores?

Com base nesta avaliação podemos apenas supor haver espaço para que se descubra pontos-cego ontológicos onde, ao assumir a imutabilidade de certos aspectos da estrutura social – aspectos estes que, esperamos ter indicado, são frutos de um processo evolutivo permanente – a saber, por exemplo, a conformação da estrutura produtiva às decisões alocativas do capital (que seguem sua lógica própria que, sabemos abundantemente, redundam na construção de uma sociedade de *meios*, não de *fins*: vide a tendência sempre crescente de comercialização de todos os aspectos da experiência de *estar no mundo*<sup>9</sup> humana) impedem, do ponto de vista normativo, que se vislumbrem as possibilidades de avanço das estruturas sociais para conformação, inclusive, dos velhos anseios por igualdade que a sociedade capitalista tornou possíveis, ao remover o entrave das condições materiais, já há mais de um século.

---

<sup>9</sup> Conforme o conceito proposto por Heidegger

## Bibliografia

Atkinson, Anthony B. (1995). *Acceptance Paper: The Economics of the Welfare State*, IN: *The Frank E. Seidman Distinguished Award in Political Economy*, Rhodes College, Tennessee, 1995.

Atkinson, Anthony B. (2001). *The strange disappearance of welfare economics*, IN: *Kyklos*, v54, fasc. 2/3, p193-206, 2001.

Backhouse, Roger E. (2007). *Robbins and Welfare Economics: A Reappraisal*, IN: *Proceedings of the conference of 75th anniversary of Lionel Robbins's Essay on the Nature and Significance of Economic Science* [Cowell, Frank & Witztum, Amos (Eds.)], p86-98, Suntory and Toyota International Centres for Economics and Related Disciplines (STICERD), London School of Economics and Political Science, London.

Bhaskar, Roy (2005 [1979]). *The Possibility of Naturalism*, Taylor & Francis e-Library, 3ª edição.

Durkheim, Émile (1999 [1893]). *Da Divisão do Trabalho Social*, Martins Fontes.

Hahnel, Robin & Albert, Michael (1990). *A Quiet Revolution in Welfare Economics*, Princeton University Press, cap 4: *Endogenous Preferences and Institutions*.

Jackson, Ben (a ser publicado). *Richard Titmuss versus the IEA: the transition from idealism to neo-liberalism in British social policy*, IN: *Welfare and Social Policy in British Historical Perspective, 1850-2010: Essays in Honour of Professor Jose Harris* [Goldman, L. & Jones, S. (eds.)]

Kapp, K. William (1965). *Social Economics and Social Welfare Minima*, IN: *Towards a Sociology of Culture in India: Essays in Honor of Dr. D. P. Mukerji* [T.K.N Unnithan et al. (orgs.)], New Delhi, Prentice Hall of India, p297-309.

Kapp, K. William (1969). *On the Nature and Significance of Social Costs*, *Kyklos*, v22, Issue 2, p334–347, maio 1969.

Kapp, K. William (1971 [1963]). *The Social Costs of Business Enterprise*, Schocken Books, Nova Iorque.

Kapp, K. William (1974). *Environmental Policies and Development Planning in Contemporary China and Other Essays*, University of Basel, Caps. 1, 4 e 7, Mouton, Paris.



Kapp, K. William (1976). *The Nature and Significance of Institutional Economics*, *Kyklos*, Vol. 29, fasc. 2, p209-232.

Kapp, K. William (1977). *Environment and Technology: New Frontiers for the Social and Natural Sciences*, *Journal of Economic Issues*, Vol. 11, Nº3 (Sep., 1977), pp. 527-540.

Kapp, K. William (1985). *The Humanization of the Social Sciences*, University Press of America, Boston, *Cap. 7: The Open System Character of the Economy and its Implications*, p143-161.

Kerstenetzky, Celia Lessa (2012). *Economia e Ética: a virada normativa?*, IN: *Economia e Interdisciplinaridade(s)* [Kerstenetzky, Celia Lessa & Neves, Vítor (Orgs.) ], Edições Almedina, Coimbra, Portugal.

Lavinias, Lena (2003). *Pobreza e Exclusão: Traduções regionais de duas categorias da prática*, IN: *Econômica*, v.4, nº1, p25-29, junho 2002, impressa em outubro 2003.

Medeiros, João Leonardo (2013). *A Economia diante do Horror Econômico: Uma Crítica Ontológica dos Surtos de Altruísmo da Ciência Econômica*, caps. 5, 6, 7, 15 e 16, Editora da Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Neves, Vítor (2007). *The 'economic' and interdisciplinary exchange in economics: institutional economics vs. economics imperialism*, paper apresentado na Conferência Anual da Associação Europeia para a Economia Política Evolucionária, Faculdade de Economia do Porto, 1 a 3 de novembro de 2007.

Neves, Vítor (2011). *Custos sociais: Onde para o mercado?*, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v95, dezembro 2011, p.55-68.

Neves, Vítor (2012). *A Análise dos Custos Sociais em Ronald Coase e K. William Kapp: duas perspectivas sobre a economia e a interdisciplinaridade*, IN: *Economia e Interdisciplinaridade(s)* [Kerstenetzky, Celia Lessa & Neves, Vítor (Orgs.) ], Edições Almedina, Coimbra, Portugal.

Neves, Vítor (2013). *O problema dos custos sociais*, IN: *A escolha apesar da (in)comensurabilidade: Controvérsias e tomada de decisão pública acerca do desenvolvimento territorial sustentável* [Centemeri, Laura & Caldas, José Maria Castro (Orgs.)], cap.2, p48-69, Centro de Estudos sociais (CES), Universidade de Coimbra.

Reisman, David (2001). *Richard Titmuss: Welfare and Society*, Palgrave, segunda edição, caps 2, 3 e 16, Hampshire.